



Centro Universitário de Brasília - UniCEUB
Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais - FAJS
Curso de Bacharelado em Relações Internacionais

CARLOS EDUARDO SOARES LIMA

**ESTRATÉGIA DA POLÍTICA EXTERNA ESTADUNIDENSE: Offshore Balance ou
Hegemonia**

**BRASÍLIA
2022**

CARLOS EDUARDO SOARES LIMA

**ESTRATÉGIA DA POLÍTICA EXTERNA ESTADUNIDENSE: Offshore Balance ou
Hegemonia**

Artigo científico apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais pela Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais - FAJS do Centro Universitário de Brasília (UniCEUB).

Orientador: Professor Me. Lucas Soares Portela.

**BRASÍLIA
2022**

CARLOS EDUARDO SOARES LIMA

ESTRATÉGIA DA POLÍTICA EXTERNA ESTADUNIDENSE: Offshore Balance ou Hegemonia

Artigo científico apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais pela Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais - FAJS do Centro Universitário de Brasília (UniCEUB).

Orientador: Professor Me. Lucas Soares Portela.

BRASÍLIA, 11 DE NOVEMBRO DE 2022

BANCA AVALIADORA

Professor(a) Orientador(a)

Professor(a) Avaliador(a)

ESTRATÉGIA DA POLÍTICA EXTERNA ESTADUNIDENSE: Offshore Balance ou Hegemonia

Carlos Eduardo Soares Lima

Resumo

Os Estados Unidos da América se encontraram na posição de hegemom no sistema internacional após a sua vitória na Guerra Fria disputada com a antiga União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Com seu novo status quo, os EUA viram a oportunidade aumentar a sua zona de influência pelo globo por meio do soft e, principalmente, do hard power com o fim de espalhar o modelo estadunidense de democracia liberal. Mas a imposição de seu poder hegemônico e tentativa de implementação de modelo de gestão de governo tiveram consequências ruins, sendo a maior delas o atentado ao World Trade Center no dia 11 de setembro de 2001. Após essa data e das demais políticas adotadas ao combate ao terror, a política hegemônica foi questionada e outras teorias e políticas, como a estratégia do Offshore Balance ganharam destaque no meio acadêmico e político, como uma alternativa às políticas anteriores dos EUA.

Palavras-chave: EUA. Regionalização. Offshore Balance. Hegemonia. Estratégia. Política Externa.

Sumário:

Introdução.1 As relações internacionais em bloco: segurança estatal no pós-guerra fria. 2- Tópico 2 A escolha de uma outra lente para as RI. 3- Postura dos EUA em relação à guerra da ucrânia. Considerações finais.

INTRODUÇÃO

Introdução: composta por apresentação do tema, problema de pesquisa, objetivos (gerais e específicos), justificativa relatando sua relevância científico-acadêmica, social e política, marco teórico e metodologia. O autor deve descrever, sucintamente, cada seção do trabalho e as relações estabelecidas entre elas.

1 AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS EM BLOCO: SEGURANÇA ESTATAL NO PÓS-GUERRA FRIA

Após a crise de 29, da ascensão dos regimes nazifascistas na Alemanha e na Itália e tendo o realismo ganhando força no cenário acadêmico, havia a ideia de que os Estados deveriam se tornar os mais autárquicos possíveis, para evitar entrar no processo de interdependência, que, segundo Carr (2002), na época seria uma má escolha, pois quanto maior interdependência, mais vulnerável é o seu Estado, pois questões como segurança e abastecimento interno acabam por, na ideia do realismo clássico, sendo comprometidas por estarem fora do controle total do Estado.

Porém a situação muda depois dos Estados, principalmente os europeus, na época os mais poderosos, estarem devastados pela 2ª Guerra Mundial. Além da destruição provocada e o impacto da revolução industrial sobre a guerra, os atores estatais presenciaram o poder das ogivas nucleares estadunidenses e o avanço russo no desenvolvimento de ogivas que pudessem competir com as do ocidente, os Estados se viram na necessidade de formar coalisões e deixar antigos revanchismos e rixas de lado.

Tais coalisões foram formadas para fazer frente ao poder das superpotências e fortalecer os demais Estados, já enfraquecidos no pós-guerra. Pode-se citar o exemplo da Comunidade Econômica Europeia, concretizada por meio do tratado de Roma. Outro exemplo são os próprios Estados Unidos usando de sua influência, adquirida principalmente com o plano Marshall (Plano de crédito estadunidense para reconstrução da Europa Ocidental nos pós Segunda Guerra Mundial), para formar uma espécie de "rede de proteção" na região da Europa Ocidental contra o comunismo russo.

A ascensão do "*imperium* americano", que é ao mesmo participante e agente do sistema que molda e deixa ser moldado e que tem como principal função promover os interesses estadunidenses no mundo (KATZENSTEIN, 2005) sustenta tal tomada de decisão estadunidense acerca da tentativa de proteção de sua zona de influência ocidental, protegendo não somente a Europa Ocidental, mas os países da América Latina, como por exemplo o Brasil, seu principal aliado no continente sul-americano. A Rússia, tendo influência sobre os países do Leste Europeu, também formou coalizões regionais a fim de contrapor as coalizões ocidentais formada por meio do Plano Marshall. Tal resposta foi chamada de COMECON, foi então estabelecido com o mesmo propósito, mas com o foco no leste europeu, para garantir a assistência mútua entre os países socialistas.

Tais medidas ficaram conhecidas como Cortina de Ferro, que é o termo que se refere à divisão da Europa entre territórios capitalista e socialista, após o fim da Segunda Guerra Mundial. Uma região estava sobre o leque dos Estados Unidos e a outra ficava sob influência da URSS, sendo esta divisão marcada pelo Muro de Berlin.

Vale destacar ainda que entre as décadas de 1950 e 1960, houve um período conhecido como corrida espacial, em que durante uma demonstração de força, a União Soviética levou o primeiro homem, Yuri Gagarin, ao espaço. Em resposta, os estadunidenses levaram Neil Armstrong à Lua. Isso mostra claramente uma tentativa de ambos os países em mostrar a

superioridade em relação ao outro, uma competição entre as duas super potencias e seu poderio econômico e tecnológico.

Tal competição pode ser vista como um fenômeno da balança de poder. Tal fenômeno e ação que é uma das principais formas que os Estados mais fracos buscam, por meio de suas coligações, de tentar garantir um sistema internacional multilateral, sem a presença de um sistema hegemônico com um Estado dominante que irá propor fortemente, ou até obrigar outros Estados a seguirem sua agenda política e econômica.

Do ponto de vista de realista ofensivo, o professor John Mearsheimer afirma que os Estados preocupados com o equilíbrio de poder devem considerar o ganho relativo e não absoluto – isto é, sua vantagem militar sobre os outros, independentemente de quanta capacidade cada um tenha. A lógica intrínseca nesta perspectiva é ao mesmo tempo intuitiva – dado um sistema de *selfhelp* e Estados de interesse próprio, “quanto maior a vantagem militar de um Estado... mais seguro ele é” (MEARSHEIMER 1994-1995) – e a suposição de que os Estados sempre preferem ter o máximo poder militar no sistema (MEARSHEIMER 1994-1995) se desvirtuando da lógica contemporânea.

A Terceira Imagem trazida por Waltz propõe que as guerras são principalmente causadas no âmbito do sistema internacional, a famosa guerra de “todos contra todos”, em que os Estados que sobrevivem dentro do ambiente internacional são os que conseguem recursos para a manutenção do seu status quo (um verdadeiro darwinismo político, em que o mais forte e adaptado sobrevive na natureza) (WALTZ, 1959). Assim, não se pode levar em consideração só a capacidade militar de um único Estado, mas de seus aliados regionais, atrelados ao seu poder de barganha (por exemplo de Estados como o Brasil e Argentina, *big players* na produção de alimentos).

Tendo isso em vista e, mais uma vez, salientando a interdependência entre os atores e suas interações, se criam estruturas, descritas como sendo um sistema de regras, costumes e ferramentas que ditam as formas de conduta a serem seguidas pelos próprios Estados dentro do sistema internacional (WALTZ, 1959). Sendo assim podemos pensar que a ideia de uma balança de poder no sentido de suprir essa necessidade de militarismo, podendo se configurar como o principal foco de uma nação em termos de proteção. Tendo em vista a falta de possibilidade de um Estado ser autárquico e do maior nível de interdependência entre os países, além do interesse dos Estados de Terceiro Mundo, a coalizão e parceria entre países de uma

mesma região, que possuem realidades e interesses em desenvolvimento em comum, faz com que parcerias no âmbito regional seja uma alternativa a ser considerada por estes.

A ideia de que os Estados conseguem lidar sozinhos com problemas, ideia de uma autarquia estatal, no cenário contemporâneo, é quase uma utopia, tendo em vista a interdependência complexa (KEOHANE; NYE, 1988). No que tange ao poder militar, em que os Estados, estando ligados uns aos outros por correntes forjadas por interesses em comum dos mesmos provam que a cooperação é necessária para garantir sua sobrevivência. Essa tal busca pela sobrevivência, ao passo que preocupa as futuras agendas de segurança dos Estados, também estimula a própria cooperação entre eles.

Tais laços e interesses regionais não podiam ser deixados de lado, mesmo na época da criação da Organização das Nações Unidas (ONU). Percebe-se isso na carta de São Francisco, que ao criar a organização endossava o princípio da cooperação e ações regionais, sendo que em seu Artigo 52 as agências regionais são instadas a “fazer todos os esforços para alcançar a solução pacífica de controvérsias locais... antes de encaminhá-los ao Conselho de Segurança” (WILLIAMS, 2012). Em última análise, a segurança da Guerra Fria na periferia foi alcançada por meio de alianças bilaterais em vez de acordos institucionais formais (WILLIAMS, 2012).

Segundo Williams (2012), durante o período da Guerra Fria a visão dos estudos de segurança era praticamente analisada pela perspectiva realista de segurança, que é focada no Estado, visto a ligação que se fazia entre o conceito de segurança e a própria segurança dos Estados - a segurança nacional -, o que dá foco à interpretação militar da segurança nacional.

Lake e Morgan (1997) explicam que "o nível regional se destaca mais como o *locus* de cooperação e conflito de Estados e como nível de análise para os estudiosos que buscam explorar assuntos de segurança contemporâneos" (LAKE; MORGAN, 1997, p.6)

Em se tratando de securitização como um dos nichos das regionalizações, pode-se citar a União Europeia, que deu um passo a mais quando deixou de dar foco total nas questões econômicas dos países membros para dar ênfase maior em uma cooperação de segurança quando passou a desenvolver uma Política Externa e de Segurança Comum (PESC) e depois uma Política Europeia de Segurança e Defesa (PESD). Além do número crescente de operações de paz, que vem representando uma importante temática na agenda de segurança das forças militares europeias, dentro e fora do velho continente e as discussões contínuas sobre o estabelecimento de uma força de reação rápida da União Europeia e grupos de batalha (WILLIAMS, 2012).

Ainda discorrendo sobre a securitização, de acordo com Buzan & Hansen (2012), durante o período pós-guerra fria, podemos perceber uma mudança na agenda internacional, em que os olhares mudam do Primeiro Mundo para a direção ao Terceiro Mundo, uma periferia do globo em que os problemas começam a se concentrar de maneira mais intensa. Tal mudança no sistema internacional, provocada pelo fim da bipolaridade, que, conseqüentemente, gera uma mudança na balança de poder, fizeram com que problemas de segurança regional e locais, antes ofuscados pela Guerra Fria, tivessem a atenção da comunidade internacional contemporânea. Buzan e Hansen (2012) expõe que:

A formulação de “dois mundos” ... explica os dois temas que surgiram, um tendo o Terceiro Mundo como próprio centro de preocupação, por exemplo, nas preocupações com a proliferação nuclear no Sul Asiático ou com as crises humanitárias em vários lugares; e o outro, especialmente com a emergência do Estado pária e da agenda de terrorismo nos Estados Unidos, sobre as possíveis ameaças da zona de conflito para a zona de paz (BUZAN; HANSEN, 2012, p. 259).

Os autores mostram exemplos de tensões regionais em partes do Sul e Leste asiático, em que ganharam a atenção em encontros e fóruns de discussões de política das grandes potências e não proliferação nuclear. Outro problema que assolou a região sul da Ásia foi a grande rivalidade entre a Índia e o Paquistão, nas disputas territoriais e conflitos étnico-religiosos, que continuou a ser um assunto de interesse estratégico maior do que apenas suas dimensões nucleares (BUZAN; HANSEN, 2012). Havia mais um interesse geral das potências de Primeiro Mundo de acompanhar de uma certa distância os conflitos que ocorriam na região do que propriamente entrar em discussões sobre quem é o “certo” ou o “errado” e “quando” e “como” seria tal intervenção, fora a tarefa problemática de tentativa de manutenção da paz naquela região, tendo em vista a quantidade exorbitante de recursos humanos e financeiros que seriam gastos em tal ação.

Retornando ao pensamento de Lake e Morgan (1997), nesse sentido, as grandes potências tem a possibilidade e as habilidades necessárias para intervir em conflitos e auxiliar na sua resolução, não tirando a responsabilidade dos atores regionais. Mas a realidade é que na maioria das vezes os países de Primeiro Mundo, buscam somente a maximização de seu poder de influência frente à essa região. Influência e atuação esta que é explorada por Buzan e Wæver (2003). Um exemplo a essa perspectiva seria a “proteção” e busca de interesses dos EUA em suas zonas de influência, especialmente no Oriente Médio, com a guerra do Iraque, em que o alibi estadunidense seria livrar a região do mal que era o regime ditatorial de Saddam Houssen.

Tal conflito representou um interesse não só regional, mas uma mescla de aliados estadunidenses do ocidente (Inglaterra e França, por exemplo) que tornou esse conflito um interesse global, tendo como consequências a repercussão global dos atos de violência durante a guerra e o aumento dos preços dos combustíveis fósseis em todo o globo. Segundo Waever a segurança regional poderia ser vista como "(...) onde os extremos de segurança nacional e global interagem, e onde a maioria da ação ocorre" (WEAVER 2003, p. 43, livre tradução).

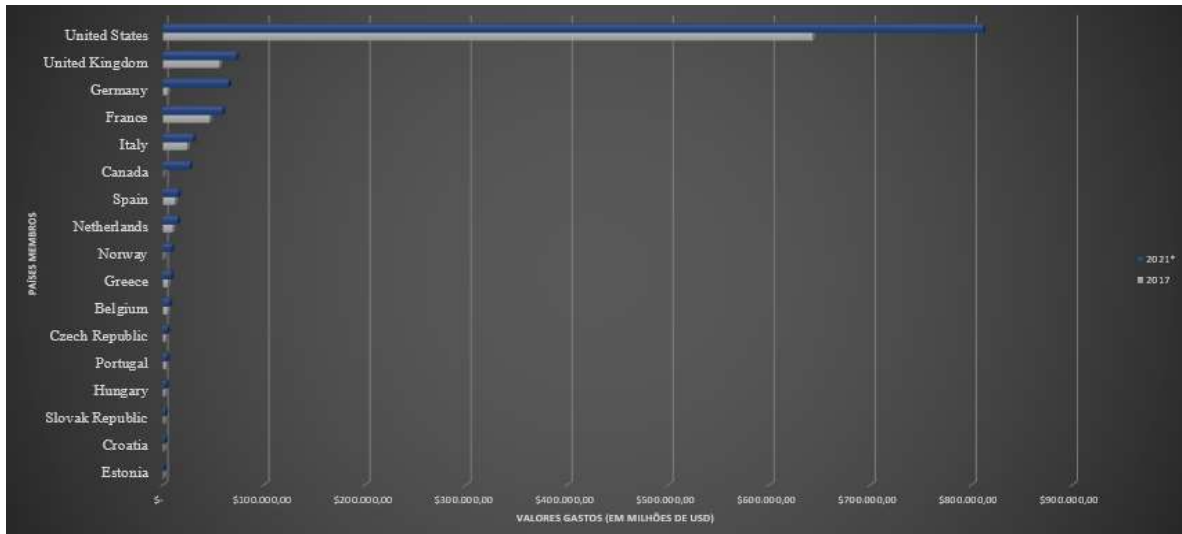
Nota-se, assim, que as políticas dos grandes *players* interferem diretamente nas regras, costumes e formas de agir dos atores regionais, haja vista que a busca por aumento de influência ao redor do globo, para maximização das zonas de influência.

2 A ESCOLHA DE UMA OUTRA LENTE PARA AS RI

Como trabalhado no capítulo anterior, a necessidade dos grandes *players* de aumentar seu poder nas suas zonas de influência representa um importante meta em suas agendas. Porém, para que tal meta possa ser alcançada, a estratégia certa deve ser usada. Depois de sua vitória na Guerra Fria, os EUA se tornaram uma hegemonia em um sistema unipolar, pois, após a queda da URSS, não havia um Estado tão forte quanto o deles. Tendo tal poder em suas mãos Washington adotou uma estratégia que visava reformular o mundo à imagem estadunidense: *The Grand Strategy of Hegemony*.

De acordo com Layne (2006), a estratégia visa manter um não-equilíbrio de poder na região da Eurásia (Europa e Ásia considerados um só continente) em favor dos Estados Unidos, para assim terem uma vantagem sobre esta região. Tal vantagem é percebida pelos outros Estados com a visão dos Estados Unidos como a “polícia do mundo”, provendo segurança e controle. Cobertos pelo guarda-chuva estadunidense se encontram os Estados da Eurásia, especialmente aqueles que são membros da OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte), os países da Europa Ocidental, que, sob a proteção dos EUA, têm pouca (ou quase nenhuma) preocupação com sua segurança. Prova disso é trazida por Mearsheimer (2016) em que o autor traz à luz a informação de que os EUA correspondem a cerca de 46% do PIB conjunto da aliança e ainda contribuem com cerca de 75% dos gastos militares, fornecendo não só recursos financeiros, mas recursos humanos, materiais, serviços e tecnologia.

Figura 1 – Gastos da OTAN por membros nos anos de 2017 e 2021



Fonte: Statista (2022, n.p.)

Todo esse esforço tem base em quatro premissas. A primeira delas é que os EUA têm que proteger seus aliados de Estados que representem ameaças no cumprimento de leis internacionais, os chamados “rogue states”, que possuam armas nucleares ou outras armas de destruição em massa; a segunda é a prevenção do surgimento de um hegemon na Eurásia, com o provimento do que Layne chama de “dissuasão regional”, que pode ser traduzida como a colaboração com o regionalismo em prol da balança/do jogo virar para o lado estadunidense ; e a terceira premissa é a luta para honrar seus compromissos com Estados “clientes” (LAYNE 2006).

Tais premissas, com destaque para a terceira, resumem bem a intenção dos EUA de manterem a sua credibilidade no cenário internacional de provedor de segurança mundial, o que mina a capacidade estadunidense de focar realmente nos eventos e fatos que são de real importância ao interesse da nação.

Um dos efeitos da estratégia é que o foco estadunidense na região da Ásia mudou com o surgimento da Coreia do Norte, como mais um player do clube dos Estados armados com armas nucleares¹. O regime norte-coreano é imprevisível e não se sabe quais são as tendências e próximos movimentos que os seus líderes podem ter, fazendo assim vir à tona o pensamento de que o conflito não vá acontecer, mas que também não podemos deixar de imaginar que venha a ocorrer.

¹ Bem não se sabe se as armas dos norte coreanos tem qualidade, ou até mesmo quantidade, para representar uma ameaça ao sistema internacional.

O guarda-chuva de dissuasão estadunidense deveria fazer com que a Coreia do Norte mude seus planos e desacelere, ou no melhor dos casos, acabe com seu programa de desenvolvimento e pesquisa de armas nucleares. Mas, como dito anteriormente, a imprevisibilidade do regime norte-coreano, atrelado com possíveis ataques aos territórios, aos civis e bases militares sul-coreana e japonesas põe novamente a possibilidade de um conflito de volta ao tabuleiro do jogo, e, mesmo um conflito não nuclear, geraria grandes perdas materiais e humanas para os EUA (LAYNE 2006).

Segundo Layne, a tentativa dos EUA de ser “policia do mundo” e manter sua credibilidade como provedor de segurança, faz com que os Estados aliados dependam dos estadunidenses para se proteger e acabam por deixar de lado o desenvolvimento de sua segurança nacional.

De acordo com Mearsheimer (2016) é de interesse dos EUA que tal disputa não ocorra, e por meio da dissuasão, tentam impedir o avanço do poder chinês sobre a região, mas caso tal tentativa falhe, os EUA têm a responsabilidade de honrar seu compromisso de defender o Japão e seus interesses. Mas a questão é a seguinte: é realmente de interesse dos EUA de prover tal assistência para o Japão? Segundo Mearsheimer (2016) é sim, pois não é de interesse dos EUA a renacionalização de segurança do Japão, o que consequentemente levaria o estado japonês a ser mais um player no desenvolvimento de armas nucleares. Porém, novamente uma incógnita surge: qual é o custo dessa proteção? Layne responde que “Para grandes potências nucleares, é tolice arriscar sua existência por causa de aliados.” (LAYNE, 2006, p 165, tradução livre).

Layne (2006) aponta que é notório que tal estratégia hegemônica faça com que os EUA tomem decisões que vão na contramão da racionalidade. A constante interferência em assuntos de outros Estados, não somente aqueles que tangem segurança por meio unicamente de assistência militar, como também a política de propagação de um regime liberal democrático e de abertura de mercado para o resto do mundo, principalmente no Oriente Médio, causa ressentimentos, muito por conta que para tal feito é necessária a presença militar na região, o que gera um sentimento de rejeição aos EUA e um terreno perfeito para instabilidade e corrupção, por causa do desmantelamento, mudanças e enfraquecimento de instituições locais que deveriam assumir o papel de cuidar dos assuntos da região. (MEARSHEIMER, 2016).

O que se passa é que tais intervenções, seja de “cunho de segurança”, por meio de auxílio militar, seja por meio da propaganda e propagação da democracia liberal pelo globo, se os EUA falharem em sua missão de proteger seus aliados, as consequências são a perda de

credibilidade e confiança, além do prejuízo à imagem dos EUA no cenário mundial. Tal situação é bem retratada por Layne, quando ele diz:

O paradoxo da grande estratégia hegemônica da América é que ela compele os EUA a arriscar a guerra em lugares estrategicamente sem importância para provar - tanto para aliados quanto para adversários - que lutará para defender apostas importantes... A grande estratégia hegemônica da América é baseada em premissas incorretas sobre credibilidade e reputação (LAYNE, 2006, p.168, tradução livre).

Tudo isso se traduz com os aliados estadunidenses se aproveitando da estratégia, sob proteção do guarda-chuva dos EUA e delegando toda segurança e responsabilidade de se defender a um terceiro Estado, que, incrivelmente, promete tais garantias de segurança.

Segundo Mearsheimer (2016), dentre os defensores da teoria hegemônica há alguns argumentos pouco persuasivos para dar base a contínua adoção de tal estratégia. A primeira é que a estratégia hegemônica serve para corrigir problemas e erros de atores regionais locais e virar a balança de poder de volta para os EUA; o segundo argumento é que os EUA assumindo a liderança mundial dos Estados, conseguiria lidar com novos perigos transnacionais, como terrorismo, o surgimento de Estados perigosos, redes criminosas, controle no aumento no fluxo de refugiados pelo mundo etc.

Mas qual o motivo racional estatal que faz com que somente um Estado tenha que ter tanto desgaste político, econômico e, de certa forma, o desgaste de sua imagem para ser o policial do mundo?

Como já dito, tal estratégia faz com que os EUA não estejam pensando e agindo plenamente por meio da racionalidade e isso tem graves consequências. Mearsheimer traz bem o que tal papel custou aos EUA:

O policiamento do mundo também não é tão barato quanto afirmam os defensores da hegemonia liberal, seja em dólares gastos ou em vidas perdidas. As guerras no Afeganistão e no Iraque custaram entre US\$ 4 trilhões e US\$ 6 trilhões e mataram quase 7.000 soldados americanos e feriram mais de 50.000. Veteranos desses conflitos exibem altas taxas de depressão e suicídio, mas os Estados Unidos têm pouco a mostrar por seus sacrifícios (MEARSHEIMER, 2016, p.77, tradução livre).

Tendo em vista todos esses problemas enfrentados pelos EUA durante a adoção da estratégia de hegemonia, uma possibilidade de mudança vem à tona: a estratégia de Offshore Balance.

Segundo Layne (2006) a estratégia de Offshore Balance tem 4 objetivos chaves: (1) isolar os EUA de guerras futuras na Eurásia; (2) a não entrada dos EUA nas chamadas “guerras de credibilidade” em nome de Estados clientes; (3) redução da vulnerabilidade do território estadunidense ao terrorismo; & (4) maximizar o poder relativo dos EUA no cenário internacional e sua liberdade de ação.

Tendo exposto esses 4 pontos, é possível perceber que há uma maior adaptabilidade da estratégia ao surgimento de novos players e grandes poderes, nesse caso, os blocos regionais, com uma observação para o bloco europeu, em que a força do bloco não se baseia em um membro, mas na força de todos os membros somados; vale destaque para a liberação dos EUA de preocupações com a segurança de aliados, principalmente com os europeus ocidentais, que ficam responsáveis por sua própria segurança e controle de ameaças regionais, o que harmoniza a balança de poder na região e impede a emergência de um novo hegemon na região da Eurásia.

Layne (2006) acredita que tal ameaça à segurança dos EUA pode não vir a emergir e que no momento não existe a emergência de um grande hegemon na região que vá pôr em risco imediato a segurança estadunidense, o que atesta que, em meios práticos, a adoção do Offshore Balance ao invés de investidas militares diretas (mecanismos de penetração) é muito mais oportuna e conveniente. Tal *modus operandi* é explicado por Layne “como um balanceador offshore, os Estados Unidos poderiam maximizar seu poder relativo sem esforço ficando à margem enquanto outras grandes potências se enervam em competições de segurança entre si.” (LAYNE, 2004, p 161, tradução livre).

Desde sua independência, os EUA se mantiveram de fora da maioria dos conflitos do outro lado do Oceano Pacífico. Ao todo foram 7 conflitos, sua maioria envolvendo a França, que os EUA deixaram de participar, como as Guerras Europeias de 1792-1815 e as Primeira, Segunda e Terceira Guerras de Coalizão. Porém em outros momentos decidiu entrar em conflitos, com resultados ruins, a exemplo de sua entrada na primeira guerra mundial, em que sua segurança não estava em jogo.

Layne (2006) traz a luz uma das situações da Primeira Guerra Mundial vivida pelos estadunidenses, em que o primeiro-ministro britânico, David Loyd George, por estar sendo apoiado pelos EUA, recém-chegados na guerra, iriam vencer facilmente ao exército alemão e prontamente recusou um compromisso de paz oferecido pelo ministro alemão. Tal decisão, de entrar efetivamente na guerra, foi criticada por Stevenson (2004), pois o historiador acredita que um papel de fornecedor de insumos seria muito mais favorável que um combatente para os EUA naquele momento. Conclui-se que houve uma hiper estimacão estadunidense nos Aliados e uma subestimacão quanto ao poder dos exércitos alemães.

Esse é um exemplo histórico da possibilidade de resultados diferentes, e mais positivos, aos EUA com o uso do Offshore Balance. Nos dias atuais, a abordagem seria parecida, já que os EUA deixariam os players cuidarem de sua segurança em âmbito nacional e regional, Washington só se preocuparia em mandar assistência em casos desses Estados aliados serem conquistados ou no caso de não conseguirem conter a possível ascensão de um hegemom regional os EUA devem ajudar os seus aliados a conterem a ameaça, mas sem comprometer-se a enviar muitas forças (MEARSHEIMER, 2016).

Podemos entender que a estratégia de Offshore Balance consiste em os EUA saberem reconhecer qual o momento correto de se manterem distantes e o momento de entrarem em ação, fazendo com que seus aliados tenham a obrigação de sair debaixo do guarda-chuva de proteção estadunidense e desenvolvam e renacionalizem sua segurança, dessa forma excluindo os EUA de uma guerra por credibilidade que serve somente para se reafirmar para Estados “clientes”. A estratégia de Offshore Balance é descrita como sendo uma “transferência de responsabilidades”, não um “compartilhamento de responsabilidades” (MEARSHEIMER 2016; LAYNE 2004).

Seus aliados, a exemplo de Japão e países da Europa Ocidental tem perfeitas condições econômicas e tecnológicas para desenvolver sua segurança nacional. A exemplo do bloco regional de segurança Europeu, que mesmo tendo desenvolvido políticas de segurança bem documentadas e concisas, ainda dependem da presença militar dos EUA por meio da OTAN. Uma das primeiras medidas em direção a nova seria a saída dos EUA da OTAN e a retirada de suas tropas do continente europeu, além de prestar o apoio necessário, e nada além do necessário, para a União Europeia, em que esta teria sua responsabilidade de defesa regional restaurada, mas ainda seria uma aliada dos EUA e balancearia o poder na região da Europa e além, de acordo com o interesse de seus aliados.

No caso japonês os EUA facilitariam e afrouxariam o nono artigo da constituição japonesa (esta imposta pelos EUA após a derrota do Japão na Segunda Guerra Mundial) em que o Japão não pode desenvolver sua polícia militar e outros grupos estatais de segurança. Tal facilidade, junto com a possibilidade de o Japão adquirir e desenvolver quaisquer capacidades militares que Tóquio desejar, tornará o Japão um grande aliado na manutenção de poder contra a China na região, na proteção de suas rotas de comércio e reivindicações territoriais nos mares Oeste e Sul da China (LAYNE, 2006)

Com a devolução das responsabilidades para os aliados que estavam sob sua proteção, os EUA, por meio do Offshore Balance, podem gozar de vantagens geoestratégicas que permitam que os EUA aproveitem a multipolaridade para evitar de entrar em conflitos

desnecessários e dessa forma ter a oportunidade em realocar recursos naquilo que realmente importa: na defesa nacional estadunidense, na educação, na infraestrutura, na pesquisa e desenvolvimento. Tal estratégia, de se manter longe de guerras inúteis aos interesses nacionais, foi o que permitiu que os EUA se autodesenvolvessem e se tornassem a potência mundial que são hoje (MEARSHEIMER, 2016).

Não há a necessidade dos EUA se preocuparem com conflitos do outro lado do globo que não lhe servirão de nada, pois além de se excluir de desperdícios de dinheiro e recursos preciosos os EUA, segundo Mearsheimer são a nação mais sortuda na história moderna.

[...] No Norte, ele tem um vizinho fraco; ao Sul, outro vizinho fraco; a Leste, peixes, e a Oeste, peixes”. Além disso, os Estados Unidos possuem uma abundância de terras e recursos naturais e uma população grande e enérgica, o que permitiu desenvolver a maior economia do mundo e as forças armadas mais capazes. Também possui milhares de armas nucleares, o que torna ainda menos provável um ataque à pátria americana (MEARSHEIMER, 2016, p.72, tradução livre).

Tais vantagens naturais formam um terreno fértil para as políticas pragmáticas do *Offshore Balance*, que não somente aos olhos dos acadêmicos, mas aos olhos da população estadunidense, vem se tornando cada vez mais uma válvula de escape, na tentativa de priorizar os interesses nacionais e deixar a natureza guiar o curso da história no resto do mundo, além de uma tentativa de correção de erros cometidos no passado.

3 POSTURA DOS EUA EM RELAÇÃO À GUERRA DA UCRÂNIA

A abordagem do *Offshore Balance* busca apresentar uma nova lente sobre a forma com que os EUA abordam e lidam com determinadas questões que vão para além de seu território e que, dessa forma, interfira somente nas questões que julgar serem de maior importância ou estratégica ou de segurança, seja ela segurança nacional ou a segurança de seus interesses além-mar.

Segundo Layne (2006), por meio dessa estratégia, os EUA conseguem desenvolver uma relação de dependência dos aliados para com ele. Isso porque o ator estadunidense se põe à disposição para defender seus aliados e/ou proporcionar proteção para eles, ao ponto de estes não darem foco ao desenvolvimento de tecnologias e mecanismos de defesa e contarem veementemente com a participação e auxílio dos EUA em determinadas questões. Tal cenário

é observado no conflito que sido central na política internacional no ano de 2022: Rússia *versus* Ucrânia, em que os ucranianos acreditaram que os EUA assumiriam uma postura mais proativa, mas, ao analisarmos a estratégia estadunidense, vemos que esse não foi o caso.

Ao tomar como exemplo da aplicação da estratégia de *Offshore Balance*, a atual guerra entre Rússia *versus* Ucrânia e o posicionamento estadunidense sobre o conflito vemos algumas mudanças de comportamento dos EUA. Primeiramente, devemos destacar uma maior precaução da alta administração dos EUA no que tange os próximos passos a serem tomados, já que, diferentemente da estratégia hegemônica em que eram travadas as chamadas “guerras de credibilidade” em prol de manter o status e imagem dos EUA no mundo (LAYNE, 2006), a alta cúpula vem sendo mais cautelosa e suas ações. Isso ocorre muito por conta de o conflito ocorrer numa região em que a OTAN vem expandindo sua zona de influência e, conseqüentemente, tal expansão vai em direção à Ucrânia. Junto a isso temos a expansão do poder de influência dos EUA e de seus aliados da Europa Ocidental e a expansão da promoção da democracia pelo Oriente (MEARSHEIMER, 2014).

Tal movimento de influência do Ocidente em direção ao Oriente não é vista com bons olhos pelas potências orientais, especialmente pelos líderes russos, como Vladimir Putin. Em entrevista publicada no *New Yorker*², por Isaac Chotiner em 1º de março de 2022, John Mearsheimer apontou qual seriam um dos principais estopins para o atual cenário que assola a região: o pedido da OTAN para a adesão de Ucrânia e Geórgia. Ainda segundo Mearsheimer, os russos viram isso como uma ameaça, não somente a sua zona de influência regional, mas a sua segurança nacional.

Tendo o contexto sido explicitado, podemos seguir analisando o caso da guerra no cenário atual, partindo do seu ponto de início. Os russos, em linhas gerais, justificam o conflito como sendo uma resposta as atitudes violentas da Ucrânia, em que ela vinha atacando os residentes das repúblicas autoproclamadas de Donetsk e Luhansk, que são a favor da anexação da região à Rússia.

A Rússia começou a marchar em direção à Ucrânia na segunda quinzena de fevereiro, dando início ao conflito. Inicialmente, a comunidade internacional acreditava que os EUA, juntamente com outros membros da OTAN, enviariam imediatamente tropas e diversos outros

² Disponível em: <<https://www.newyorker.com/news/q-and-a/why-john-mearsheimer-blames-the-us-for-the-crisis-in-ukraine>>. Acesso em: 14 out. 2022.

recursos materiais e humanos para auxiliar a Ucrânia na guerra, porém a posição adotada pela Casa Branca foi diferente. Pouco tempo após o início do conflito, em entrevista concedida ao programa “State of the Union”, publicada na CNN por Paul LeBlanc, em 01 de março de 2022, a embaixadora dos EUA nas Nações Unidas (ONU), Linda Thomas-Greenfield, enfatizou que os EUA não “colocarão as botas no chão” e que não tem intenção de colocar os estadunidenses em perigo³.

Segundo Joe Biden, Presidente dos EUA, em entrevista concedida à NBC News, publicada no NORC at the University of Chicago, por The Associated Press, em 24 de fevereiro de 2022, descreve que caso os EUA ajudem a Ucrânia na guerra, um conflito que tinha proporções regionais pode vir a tomar proporções mundiais, já que ambos os países possuem os dois maiores arsenais de armas nucleares do planeta. Além do resguardo do Presidente Joe Biden em relação a sua entrada no conflito, a opinião pública trilha um caminho semelhante em direção ao pessimismo do presidente. Uma pesquisa publicada no NORC at the University of Chicago, por The Associated Press, em 24 de fevereiro de 2022⁴ apontou que mais da metade dos estadunidenses, cerca de 52%, acredita que os EUA devem ter um papel menor na guerra; outros 20% acreditam que os EUA não devam ter nenhum envolvimento na guerra; e por último, mas não menos importante, 26% acreditam que os EUA devem sim ter um papel presente e participativo na guerra, dando apoio para a Ucrânia.

Os discursos do presidente Joe Biden, junto com a opinião da maioria dos estadunidenses, se mostram pragmática quanto a sua entrada efetiva na guerra. Os custos e riscos são muito altos para atender um chamado além-mar que não põe em risco a segurança nacional e que não é de interesse vital estadunidense no que concerne a segurança e seus interesses. O não envio de tropas terrestres para o combate, o não envio da força aérea para a criação de uma zona de exclusão são uma das características da estratégia de *Offshore Balance*, vai de acordo mais especificamente com o primeiro objetivo chave da estratégia que é manter os EUA afastados de guerras futuras na Eurásia (LAYNE, 2006).

³ Disponível em: < <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/por-que-os-estados-unidos-nao-enviam-tropas-para-a-ucrania/>>. Acesso em: 14 out. 2022.

⁴ Disponível em: <<https://apnorc.org/just-26-of-americans-say-u-s-should-have-major-role-in-ukraine/>>. Acesso em: 14 out. 2022.

Mas não se pode entender a não ação ou a pouca tomada de ação como sendo um ato de fraqueza de um Estado, e sim uma decisão estratégica e política. Ademais, o próprio presidente Joe Biden afirmou em uma entrevista à *BBC New*, por George Wright, publicada em 1º de outubro, que os atos da Rússia não surtirão o efeito desejado, que Putin “não vai nos assustar”, e que "A América e seus aliados não serão intimidados", completou o presidente Biden na Casa Branca.⁵ Assim, podemos sinalizar que as decisões do governante estadunidense em relação ao nível de apoio a Ucrânia foram acertadas e estratégicas.

De acordo com Mearsheimer, ainda em sua entrevista ao jornal *New Yorker*, tal conflito direto contra os russos não seria benéfico para os EUA, porque tal situação é monitorada de perto e cautelosamente pela China, maior rival estadunidense atualmente. Um dos interesses dos EUA é garantir que suas relações com Moscou sejam as mais amigáveis possíveis, pois, segundo o professor, a Rússia é um *player* muito importante o jogo da balança de poder e sua manutenção a favor dos EUA. Isso porque, aponta Mearsheimer, é melhor, em um mundo multipolar, com três superpotências (EUA, China e Rússia), que uma dessas superpotências seja seu aliado ou simpatizante seu, ainda mais diante de um oponente como a China.

Porém de acordo com o professor, as recentes políticas expansionistas dos EUA e seus aliados na Europa Ocidental vem fazendo justamente o contrário daquilo que deveria ser a estratégia estadunidense, e, por consequência, estão cada vez mais levando a Rússia a ser atraída para os braços da China.

A estratégia dos da intervenção militar estadunidense teria um papel e desempenho que iria desfavorecer os EUA, pois o envio de tropas e recursos, sejam eles humanos, financeiros ou alimentícios, custariam para os EUA uma perda significativa de status de relacionamento com Moscou, além de poder desencadear uma nova corrida nuclear a nível mundial, por um país que não faz parte da OTAN. Vale destacar que a partir do momento que os EUA fossem atacados pelos russos, eles teriam a prerrogativa de utilizar o Art. 5º do Tratado do Atlântico Norte de 4 de abril de 1949, em que os signatários da Otan assumem que um ataque contra um é um ataque contra todos, o que obriga todos os 30 membros a se defenderem mutuamente⁶.

⁵ Disponível em: <<https://www.bbc.com/news/world-europe-63098651>>. Acesso em: 15 out. 2022.

⁶ Disponível em <https://www.nato.int/cps/en/natohq/official_texts_17120.htm?selectedLocale=pt>. Acesso em 15 out. 2022.

Ao fazer uma análise objetiva, há o entendimento de que não é benéfico para a OTAN, liderada pelos EUA, entrar em guerra com a Rússia em favor de um país que não faz parte da organização. De acordo com Mearsheimer (2014), as ações de Putin têm embasamento. Os principais motivos citados pelo autor são históricos. Primeiros houve as incessantes tentativas de invasão à Rússia pelo império de Napoleão, e diversas tentativas futuras de conquista de território russo pelo regime nazista alemão. Todos estes esforços de ocupação e invasão que foram em direção à Rússia, passaram e pararam na Ucrânia, que serve como um “escudo” para os russos e, portanto, é uma região estratégica para o governo. Então é natural pensar que uma expansão ocidental de países que, na visão de Moscou, põe em risco a segurança nacional russa tenham o vislumbre de uma retomada do “escudo” russo na tentativa de manutenção de sua zona de segurança e influência.

Tal prática é descrita por Mearsheimer (2014) como sendo a Geopolítica 101, que pode ser traduzida como a sensibilidade de grandes potências à um perigo iminente. O autor faz uma alusão sobre como seria um cenário parecido, mas no caso da alusão, fosse a China criando uma coalizão militar e convidasse México e Canadá para serem membros de tal organização. Certamente Washington ficaria incomodado com tal avanço Chinês sobre seus vizinhos fronteiriços e suas zonas de influência.

A estratégia de expansão forçada dos EUA e seus aliados da Europa Ocidental, mais precisamente os principais membros da União Europeia, em direção à Ucrânia, junto as preocupações de segurança estatal de Putin certamente põem em risco a credibilidade dos EUA no cenário internacional, no que concerne uma nova tentativa de expansão de zona de influência e a democratização liberal estadunidense. Por fim, -podemos fazer uma nova alusão de que a mesma política que foi imposta no Iraque na última década, foi proposta à um território influenciado pela Rússia. Assim, a política é a mesma, mas as estratégias de respostas estadunidenses aos reflexos e consequências dessas políticas mudaram.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao se tratar das duas estratégias de política externa dos EUA, o Offshore Balance e a estratégia hegemônica, não há como se afirmar que uma estratégia ou política vai ser garantidamente melhor que a sua rival, tendo em vista que ambas, assim como todas as criações humanas, têm limitações e falhas.

O objetivo deste trabalho é trazer à luz o debate sobre qual estratégia pode assumir um papel de destaque maior, pois ambas servem aos interesses estadunidenses na manutenção do status quo na balança de poder do cenário internacional. Mas não há como não abordar alguns pontos negativos em relação ao Offshore Balance.

Primeiro, se pode destacar que a estratégia do Offshore Balance possui a premissa de evitar que os EUA não realizem engenharia na promoção da democracia no mundo, pois Mearsheimer (2016) acredita que os reflexos e consequências de tais políticas são muitos arriscados e custam muito caro aos EUA, e tal base política vem sendo enfraquecida e pouco enfatizada ao longo dos últimos anos. Temos como exemplo da retirada e menor envio de tropas aos territórios árabes nos últimos anos.

Segundo ponto é se tal estratégia de manter os EUA afastado de conflitos na região da Eurásia realmente é a melhor escolha, pois com a Rússia ascendendo e reafirmando seu status como superpotência no sistema internacional, além da crescente aproximação de Moscou e Pequim, manter a presença estadunidense na região e não se desligar completamente da Eurásia pode aumentar a capacidade dos EUA em minar a ideia de Moscou de agir como uma superpotência sobre a região.

O último ponto é como os críticos da teoria hegemônica buscam resolver problemas como a Guerra da Ucrânia, enfraquecimento da democracia, a proliferação de armas nucleares etc.? A estratégia de Offshore Balance não oferece nenhuma resposta à essas questões, mas tais limitações servem aos interesses dos nacionais dos EUA no que tange o foco dos esforços e preocupação com questões domésticas e intervir em questões externas somente quando estas lhe forem de interesse.

Conclui-se que não há uma decisão quanto a qual estratégia é a melhor. Pode-se afirmar que tal estratégia e políticas servem melhor ao governo que administra a nação durante seu mandato, como por exemplo o “isolacionismo” de Donald Trump e o foco em lidar com questões domésticas e deixar assuntos externos em segundo plano em comparação com administrações democratas, que se mostram mais abertas a cooperação e o melhor trato de agendas internacionais, como o Tratado de Paris.

REFERÊNCIAS

BUZAN, Barry; HANSEN, Lene. **A evolução dos estudos de segurança internacional**. São Paulo: UNESP, 2012.

BUZAN, Barry; WEVER, Ole. **Regions and Powers: the structure of international security**. Cambridge/New York: Cambridge University Press, 2003.

CHOTINER, Isaac. **Why John Mearsheimer Blames the U.S. for the Crisis in Ukraine**. The New Yorker. Disponível em: <<https://www.newyorker.com/news/q-and-a/why-john-mearsheimer-blames-the-us-for-the-crisis-in-ukraine>>. Acesso em: 14 out. 2022.

[HTTPS://WWW.FACEBOOK.COM/BBCNEWS](https://www.facebook.com/bbcnews). **Conflito entre Rússia e Ucrânia pode se transformar em 3ª Guerra Mundial?** BBC News Brasil. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-60527310>>. Acesso em: 15 out. 2022.

KATZENSTEIN, Peter J. **Area studies, regional studies, and international relations**. Journal of East Asian Studies, v. 2, n. 1, p. 127-137, 2002.

KEOHANE, Robert O.; NYE, Joseph S. **Power and interdependence revisited. International organization**, v. 41, n. 4, p. 725-753, 1987.

LAKE, David A.; MORGAN, Patrick M. **Regional Orders: building security in a new world**. David A. Lake e Patrick M. Morgan (Ed.). University Park: Pennsylvania State University, 1997.

LAYNE, Christopher. **The peace of illusions American grand strategy from 1940 to the present**. Cornell University Press, 2006.

LEBLANC, Paul. **Por que os Estados Unidos não enviam tropas para a Ucrânia**. Cnnbrasil.com.br. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/por-que-os-estados-unidos-nao-enviam-tropas-para-a-ucrania/>>. Acesso em: 15 out. 2022.

MEARSHEIMER, John J.; WALT, Stephen M. **The case for offshore balancing**. Foreign Affairs, v. 95, n. 4, pp 70-83, 2016.

MEARSHEIMER, John, “**The False Promise of International Institutions**,” International Security 19:3, 1994-1995.

_____. Bound to fail: **The rise and fall of the liberal international order. International security**, v. 43, n. 4, p. 7-50, 2019.

_____. **Why the Ukraine Crisis Is the West’s Fault The Liberal Delusions That Provoked Putin**. [s.l. s.n.], 2014. Disponível em <https://www.mearsheimer.com/wp-content/uploads/201906/Why>

STATISTA. **Military spending of NATO countries 2022**. Nova York: Statista Research Department, 2022. Disponível em: <<https://www.statista.com/statistics/263127/military-spending-of-the-nato-countries-1990-2011/>>. Acesso em: 6 nov. 2022.

TYLER, Patrick E. “**As China Treatens Taiwan, It Make Sure U.S. Listens**”, New York Times, January 24, 1996, A3.

STEVENSON, David, **The First War as Political Tragedy**. New York: Basic Books. 2004, p. 291-292

WALTZ, Kenneth Neal. **Man, the state, and war: A theoretical analysis**. Columbia University Press, 2001.

WRIGHT, George. **Ukraine war: Biden says US will not be intimidated by reckless Putin**. BBC News. Disponível em: <<https://www.bbc.com/news/world-europe-63098651>>. Acesso em: 15 out. 2022.